



# **SÚMULAS DO STF**

## **ORGANIZADAS POR ASSUNTO**

**2ª Edição**  
**Revista e atualizada**  
**Maio/2011**

**Atualizada até a súmula vinculante nº 32**

**Organização:**  
"Guerriero Vincitore" e "MOCAM"  
**Revisão e Formatação:**  
MOCAM  
**Divulgação:**  
[www.blogdomocam.com.br](http://www.blogdomocam.com.br)

**DISTRIBUIÇÃO GRATUITA – VENDA PROIBIDA**

## **NOTA À 2ª EDIÇÃO**

O grande acolhimento pelos leitores do “blog do MOCAM”, evidenciado pelos quase mil *downloads* feitos deste material, implica em assumir mais responsabilidades. A sua organização, em alguns pontos falha, merecia um melhor tratamento.

A grande novidade fica por conta do lançamento desta segunda edição em dois formatos: o tradicional, para impressão, e o ebook, compatível com leitores digitais como o Kindle, entre outros.

As súmulas foram revisadas, com o acréscimo de algumas observações, especialmente pela menção das que já caíram em desuso, quer por modificação legislativa, quer pela adoção de novos posicionamentos pelo Colendo STF.

Agradeço a todos que colaboraram para as modificações deste material, como, por exemplo, os leitores “Dannyerafa” e Leandro Ambrosio, a quem cumprimento em nome de todos aqueles que teceram seus comentários.

Embora este trabalho tenha a pretensão de ser o mais completo possível, é evidente que a perfeição está longe de ser alcançada. Por isso, toda sugestão, crítica e observação é bem-vinda. E para isso, basta que deixe sua mensagem no [www.blogdomocam.com.br](http://www.blogdomocam.com.br), clicando no item “email”. Terei o maior prazer em respondê-lo, citando a sua contribuição nas edições futuras.

Desejo que este material seja mais uma fonte de consulta nos estudos diários da ciência do Direito.

Um forte abraço,

**MOCAM**  
Maio/2011

### **NOTA EXPLICATIVA**

Muitas súmulas abrangem mais de uma disciplina do direito. Por isso, durante a leitura deste material, não raramente você vai se deparar com uma mesma súmula repetida várias vezes em temas diversos. A intenção, com isso, é trazer o máximo de abrangência por assunto.

As súmulas vinculantes estão também inseridas na divisão temática. Elas estão identificadas pela sigla “SV” antes do número correspondente (Por exemplo: a sigla “SV 1” refere-se à súmula vinculante nº 1). Já as súmulas convencionais estão indicadas somente pelo número.

Contudo, para facilitar o estudo isolado das súmulas vinculantes, ao final desta apostila você encontrará um capítulo atualizado com todas elas em ordem cronológica.

Muito cuidado com a leitura das súmulas anteriores a promulgação da CF/88, que são aquelas compreendidas até o número 621, inclusive.

Por fim, gostaria de lembrar aos leitores que errar é humano. Assim, notando algum erro, divergência ou inconsistência, ou para qualquer sugestão, basta entrar em contato, clicando no ícone “email” no [www.blogdomocam.com.br](http://www.blogdomocam.com.br). Os colegas que colaborarem com este trabalho terão seus nomes citados nas próximas edições.

Espero que faça bom proveito deste material e que ele seja mais uma fonte de consulta nos estudos, auxiliando você no alcance dos seus objetivos.

Aos estudos!

**MOCAM**  
Dezembro/2010

**ÍNDICE**

<b>DIREITO CIVIL</b>	<b>7</b>
1. MATÉRIAS DIVERSAS .....	7
2. FAMÍLIA E SUCESSÕES .....	7
3. RESPONSABILIDADE CIVIL .....	8
4. USUCAPIÃO .....	8
5. LOCAÇÕES.....	8
 <b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL</b>	 <b>9</b>
1. MATÉRIAS DIVERSAS .....	9
2. DESPESAS PROCESSUAIS .....	10
3. COMPETÊNCIA.....	10
4. RECURSOS.....	10
5. RECURSOS – EMB. INFRINGENTES .....	10
6. RECURSOS – STF .....	11
7. MANDADO DE SEGURANÇA .....	12
8. MANDADO DE SEGURANÇA – COMPETÊNCIA .....	13
9. MANDADO DE SEGURANÇA – RECURSOS .....	13
10. AÇÃO RESCISÓRIA.....	14
 <b>DIREITO COMERCIAL</b>	 <b>14</b>
1. MATÉRIAS DIVERSAS .....	14
2. DIREITO SECURITÁRIO .....	14
3. TÍTULOS DE CRÉDITO.....	14
4. FALÊNCIA E CONCORDATA .....	15
 <b>DIREITO PENAL</b>	 <b>15</b>
1. MATÉRIAS DIVERSAS .....	15
2. PENAS .....	15
 <b>DIREITO PROCESSUAL PENAL</b>	 <b>16</b>
1. MATÉRIAS DIVERSAS .....	16
2. AÇÃO PENAL .....	17
3. COMPETÊNCIA.....	17
4. RECURSOS.....	18
5. NULIDADES .....	19
7. IMUNIDADES .....	19
8. TRIBUNAL DO JÚRI.....	20
9. HABEAS CORPUS.....	20
10. CRIMES FALIMENTARES - PROCESSO .....	20

# Blog do MOCAM e Fórum do MOCAM

## Direito, Concursos e Vida

---

<b>DIREITO CONSTITUCIONAL</b>	<b>20</b>
1. MATÉRIAS DIVERSAS .....	20
2. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA .....	22
3. TRIBUNAL DE CONTAS.....	22
<b>DIREITO ADMINISTRATIVO</b>	<b>22</b>
1. MATÉRIAS DIVERSAS .....	22
2. DESAPROPRIAÇÃO .....	23
3. CONCURSO PÚBLICO .....	24
4. SERVIDOR PÚBLICO .....	24
<b>DIREITO ELEITORAL</b>	<b>25</b>
<b>DIREITO TRIBUTÁRIO</b>	<b>25</b>
1. MATÉRIAS DIVERSAS .....	25
2. NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO .....	26
3. IMPOSTO DE RENDA – IR.....	27
4. ICMS.....	27
5. IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO – ITCD.....	27
6. IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO – IPTU .....	28
7. IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS – ITBI .....	28
8. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PREVIDENCIÁRIA.....	28
<b>DIREITO FINANCEIRO</b>	<b>28</b>
1. MATÉRIAS DIVERSAS .....	28
2. PRECATÓRIO E RPV.....	29
<b>DIREITO ECONÔMICO</b>	<b>29</b>
<b>DIREITO INTERNACIONAL</b>	<b>29</b>
<b>DIREITO DO TRABALHO</b>	<b>29</b>
1. MATÉRIAS DIVERSAS .....	29
2. REMUNERAÇÃO, SALÁRIO E ADICIONAIS.....	30
3. JORNADA DE TRABALHO .....	30
4. PROTEÇÃO AO TRABALHO.....	31
5. ESTABILIDADE.....	31
7. CONTRATO DE TRABALHO – EXTINÇÃO .....	31
8. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO .....	32
9. ACIDENTE DE TRABALHO.....	32

# **Blog do MOCAM e Fórum do MOCAM**

## **Direito, Concursos e Vida**

---

<b>DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO</b>	<b>32</b>
1. MATÉRIAS DIVERSAS .....	32
2. COMPETÊNCIA.....	33
3. RECURSOS.....	33
 <b>DIREITO PREVIDENCIÁRIO</b>	 <b>33</b>
1. MATÉRIAS DIVERSAS .....	33
2. PROCESSO PREVIDENCIÁRIO .....	34
 <b>SÚMULAS VINCULANTES EM ORDEM CRONOLÓGICA</b>	 <b>34</b>

### DIREITO CIVIL

#### 1. MATÉRIAS DIVERSAS

616 – É permitida a cumulação da multa contratual com os honorários de advogado, após o advento do Código de Processo Civil vigente.

489 – A compra e venda de automóvel não prevalece contra terceiros, de boa-fé, se o contrato não foi transcrito no Registro de Títulos e Documentos.

487 – Será deferida a posse a quem, evidentemente, tiver o domínio, se com base neste for ela disputada.

415 – Servidão de trânsito não titulada, mas tornada permanente, sobretudo pela natureza das obras realizadas, considera-se aparente, conferindo direito à proteção possessória.

414 – Não se distingue a visão direta da oblíqua na proibição de abrir janela, ou fazer terraço, eirado, ou varanda, a menos de metro e meio do prédio de outrem.

413 – O compromisso de compra e venda de imóveis, ainda que não loteados, dá direito à execução compulsória, quando reunidos os requisitos legais.

412 – No compromisso de compra e venda com cláusula de arrependimento, a devolução do sinal, por quem o deu, ou a sua restituição em dobro, por quem o recebeu, exclui indenização maior a título de perdas e danos, salvo os juros moratórios e os encargos do processo.

386 – Pela execução de obra musical por artistas remunerados é devido direito autoral, não exigível quando a orquestra for de amadores.

165 – A venda realizada diretamente pelo mandante ao mandatário não é atingida pela nulidade do art. 1135, “i”, do CC.

159 – Cobrança excessiva, mas de boa fé, não dá lugar às sanções do art. 1531 do CC.

121 – É vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada.

49 – A cláusula de inalienabilidade inclui a incomunicabilidade dos bens.

#### 2. FAMÍLIA E SUCESSÕES

494 – A ação para anular venda de ascendente a descendente, sem consentimento dos demais, prescreve em 20 anos, contados da data do ato, revogada a Súmula 152.

**Obs.:** Segundo entendimento firmado pela doutrina, evidenciado pelo enunciado 368 da IV Jornada de Direito Civil da CJF, “O prazo para anular venda de ascendente para descendente é decadencial de dois anos”, restando, pois, a referida súmula prejudicada. Tal entendimento decorre do art. 179 do Código Civil, que estabelece que “quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de dois anos, a contar da data da conclusão do ato”, e o art. 496 do mesmo código, que disciplina a questão da anulação de venda de ascendente a descendente, não estipula prazo para a questão. Assim, o enunciado 368 da CJF só confirma a aplicação da regra do art. 179 do Código Civil.

447 – É válida a disposição testamentária em favor de filho adulterino do testador com sua concubina.

382 – A vida em comum sob o mesmo teto more uxorio, não é indispensável à caracterização do concubinato.

380 – Comprovada a existência de sociedade de fato entre os concubinos, e cabível a sua dissolução judicial, com a partilha do patrimônio adquirido pelo esforço comum.

379 – No acordo de desquite não se admite renúncia aos alimentos, que poderão ser pleiteados ulteriormente, verificados os pressupostos legais.

377 – No regime de separação legal de bens, comunicam-se os adquiridos na constância do casamento.

305 – Acordo de desquite ratificado por ambos os cônjuges não é retratável unilateralmente.

226 – Na ação de desquite, os alimentos são devidos desde a inicial e não da data da decisão que os concede.

149 – É imprescritível a ação de investigação de paternidade, mas não o é a de petição de herança.

49 – A cláusula de inalienabilidade inclui a incomunicabilidade dos bens.

### 3. RESPONSABILIDADE CIVIL

562 – Na indenização de danos materiais decorrentes de ato ilícito cabe a atualização de seu valor, utilizando-se, para esse fim, dentre outros critérios, os índices de correção monetária.

492 – A empresa locadora de veículos responde, civil e solidariamente com o locatário, pelos danos por este causados a terceiro, no uso do carro locado.

491 – É indenizável o acidente que cause a morte de filho menor, ainda que não exerça trabalho remunerado.

490 – A pensão correspondente à indenização oriunda de responsabilidade civil deve ser calculada com base no salário mínimo vigente ao tempo da sentença e ajustar-se-á às variações ulteriores.

188 – O segurador tem ação regressiva contra o causador do dano, pelo que efetivamente pagou, até o limite previsto no contrato de seguro.

187 – A responsabilidade contratual do transportador, pelo acidente com o passageiro, não é elidida por culpa de terceiro, contra o qual tem ação regressiva.

161 – Em contrato de transporte, é inoperante a cláusula de não indenizar.

28 – O estabelecimento bancário é responsável pelo pagamento de cheque falso, ressalvadas as hipóteses de culpa exclusiva ou concorrente do correntista.

### 4. USUCAPIÃO

391 – O confinante certo deve ser citado pessoalmente para a ação de usucapião.

263 – O possuidor deve ser citado, pessoalmente, para a ação de usucapião.

237 – O usucapião pode ser argüido em defesa.

### 5. LOCAÇÕES

486 – Admite-se a retomada para sociedade da qual o locador, ou seu cônjuge, seja sócio, com participação predominante no capital social.

485 – Nas locações regidas pelo Dec. nº 24150/34, a presunção de sinceridade do retomante é relativa, podendo ser ilidida pelo locatário.

483 – É dispensável a prova da necessidade, na retomada do prédio situado em localidade para onde o proprietário pretende transferir residência, salvo se mantiver, também, a anterior, quando dita prova será exigida.

482 – O locatário, que não for sucessor ou cessionário do que o precedeu na locação, não pode somar os prazos concedidos a este, para pedir a renovação do contrato, nos termos do Dec. nº 24150/34.

481 – Se a locação compreende, além do imóvel, fundo de comércio, com instalações e pertences, como no caso de teatros, cinemas e hotéis, não se aplicam ao retomante as restrições do art. 8, "e", parágrafo único, do Dec. nº 24150/34.

444 – Na retomada para construção mais útil, de imóvel sujeito ao Dec. nº 24150/34, a indenização se limita às despesas de mudança.

442 – A inscrição do contrato de locação no Registro de Imóveis, para a validade da cláusula de vigência contra o adquirente do imóvel, ou perante terceiros, dispensa a transcrição no Registro de Títulos e Documentos.

411 – O locatário autorizado a ceder a locação pode sublocar o imóvel.

410 – Se o locador, utilizando prédio próprio para residência ou atividade comercial, pede o imóvel locado para uso próprio, diverso do que tem o por ele ocupado, não está obrigado a provar a necessidade, que se presume.

409 – Ao retomante, que tenha mais de um prédio alugado, cabe optar entre eles, salvo abuso de direito.

376 – Na renovação de locação, regida pelo Dec. nº 24150/34, o prazo do novo contrato conta-se da transcrição da decisão exequenda no Registro de Títulos e Documentos; começa, porém, da terminação do contrato anterior, se esta tiver ocorrido antes do registro.

374 – Na retomada para construção mais útil, não é necessário que a obra tenha sido ordenada pela autoridade pública.



# Blog do MOCAM e Fórum do MOCAM

## Direito, Concursos e Vida

---

357 – É lícita a convenção pela qual o locador renuncia, durante a vigência do contrato, a ação revisional do art. 31 do Dec. nº 24150/34.

175 – Admite-se a retomada de imóvel alugado para uso de filho que vai contrair matrimônio.

174 – Para a retomada do imóvel alugado, não é necessária a comprovação dos requisitos legais na notificação prévia.

173 – Em caso de obstáculo judicial admite-se a purga da mora, pelo locatário, além do prazo legal.

158 – Salvo estipulação contratual averbada no Registro Imobiliário, não responde o adquirente pelas benfeitorias do locatário.

109 – É devida a multa prevista no art. 15, § 6º, da Lei nº 1300/50, ainda que a desocupação do imóvel tenha resultado da notificação e não haja sido proposta ação de despejo.

80 – Para a retomada de prédio situado fora do domicílio do locador exige-se a prova da necessidade.

644 – Ao titular do cargo de procurador de autarquia não se exige a apresentação de instrumento de mandato para representá-la em juízo.

643 – O Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.

~~619 – A prisão do depositário judicial pode ser decretada no próprio processo em que se constitui o encargo, independentemente da propositura de ação de depósito. (REVOGADA)~~

616 – É permitida a cumulação da multa contratual com os honorários de advogado, após o advento do Código de Processo Civil vigente.

507 – A ampliação dos prazos a que se refere o art. 32 do CPC aplica-se aos executivos fiscais.

500 – Não cabe a ação cominatória para compelir-se o réu a cumprir obrigação de dar.

449 – O valor da causa, na consignatória de aluguel, corresponde a uma anuidade.

424 – Transita em julgado o despacho saneador de que não houve recurso, excluídas as questões deixadas, explícita ou implicitamente, para a sentença.

423 – Não transita em julgado a sentença por haver omitido o recurso ex officio, que se considera interposto ex lege.

391 – O confinante certo deve ser citado pessoalmente para a ação de usucapião.

365 – Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular.

263 – O possuidor deve ser citado, pessoalmente, para a ação de usucapião.

258 – É admissível reconvenção em ação declaratória.

254 – Incluem-se os juros moratórios na liquidação, embora omissos o pedido inicial ou a condenação.

237 – O usucapião pode ser argüido em defesa.

231 – O revel, em processo civil, pode produzir provas, desde que compareça em tempo oportuno.

226 – Na ação de desquite, os alimentos são devidos desde a inicial e não da data da decisão que os concede.

216 – Para decretação da absolvição de instância pela paralisação do processo por mais de 30 dias,

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

#### 1. MATÉRIAS DIVERSAS

SV 28 - É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.

SV 25 - É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

SV 10 - Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.

729 – A decisão na ADC nº 4 não se aplica à antecipação de tutela em causa de natureza previdenciária.

# Blog do MOCAM e Fórum do MOCAM

## Direito, Concursos e Vida

---

é necessário que o autor, previamente intimado, não promova o andamento da causa.

150 – Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação.

149 – É imprescritível a ação de investigação de paternidade, mas não o é a de petição de herança.

### **2. DESPESAS PROCESSUAIS**

667 – Viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa.

633 – É incabível a condenação em verba honorária nos recursos extraordinários interpostos em processo trabalhista, exceto nas hipóteses previstas na Lei nº 5584/70.

616 – É permitida a cumulação da multa contratual com os honorários de advogado, após o advento do Código de Processo Civil vigente.

512 – Não cabe condenação em honorários de advogado na ação de mandado de segurança.

450 – São devidos honorários de advogado sempre que vencedor o beneficiário de justiça gratuita.

389 – Salvo limite legal, a fixação de honorários de advogado, em complemento da condenação, depende das circunstâncias da causa, não dando lugar a recurso extraordinário.

257 – São cabíveis honorários de advogado na ação regressiva do segurador contra o causador do dano.

256 – É dispensável pedido expresso para condenação do réu em honorários, com fundamento nos arts. 63 ou 64 do CPC.

### **3. COMPETÊNCIA**

SV 27 - Compete à Justiça Estadual julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, quando a ANATEL não seja litisconsorte passiva necessária, assistente, nem opoente.

689 – O segurado pode ajuizar ação contra a instituição previdenciária perante o Juízo

Federal do seu domicílio ou nas varas federais da capital do Estado-Membro.

556 – É competente a justiça comum para julgar as causas em que é parte sociedade de economia mista.

517 – As sociedades de economia mista só têm foro na Justiça Federal, quando a União intervêm como assistente ou opoente.

516 – O Serviço Social da Indústria (SESI) está sujeito à jurisdição da Justiça Estadual.

515 – A competência para a ação rescisória não é do STF, quando a questão federal, apreciada no recurso extraordinário ou no agravo de instrumento, seja diversa da que foi suscitada no pedido rescisório.

508 – Compete à Justiça Estadual, em ambas as instâncias, processar e julgar as causas em que for parte o Banco do Brasil S/A.

501 – Compete à Justiça Estadual o processo e o julgamento, em ambas as instâncias, das causas de acidente do trabalho, ainda que promovidas contra a União, suas autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

363 – A pessoa jurídica de direito privado pode ser demandada no domicílio da agência, ou estabelecimento, em que se praticou o ato.

335 – É válida a cláusula de eleição do foro para os processos oriundos do contrato.

250 – A intervenção da União desloca o processo do juízo cível comum para o fazendário.

### **4. RECURSOS**

SV 10 - Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.

641 – Não se conta em dobro o prazo para recorrer, quando só um dos litisconsortes haja sucumbido.

### **5. RECURSOS – EMB. INFRINGENTES**

597 – Não cabem embargos infringentes de acórdão que, em mandado de segurança decidiu, por maioria de votos, a apelação.

# Blog do MOCAM e Fórum do MOCAM

## Direito, Concursos e Vida

---

455 – Da decisão que se seguir ao julgamento de constitucionalidade pelo tribunal pleno, são inadmissíveis embargos infringentes quanto à matéria constitucional.

355 – Em caso de embargos infringentes parciais, é tardio o recurso extraordinário interposto após o julgamento dos embargos, quanto a parte da decisão embargada que não fora por eles abrangida.

368 – Não há embargos infringentes no processo de reclamação.

296 – São inadmissíveis embargos infringentes sobre matéria não ventilada, pela turma, no julgamento do recurso extraordinário.

295 – São inadmissíveis embargos infringentes contra decisão unânime do STF em ação rescisória.

294 – São inadmissíveis embargos infringentes contra decisão do STF em mandado de segurança.

293 – São inadmissíveis embargos infringentes contra decisão em matéria constitucional submetida ao plenário dos tribunais.

### 6. RECURSOS – STF

SV 10 - Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.

735 – Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar.

734 – Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do STF.

733 – Não cabe recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento de precatórios.

728 – É de 3 dias o prazo para a interposição de recurso extraordinário contra decisão do TSE, contado, quando for o caso, a partir da publicação do acórdão, na própria sessão de julgamento, nos termos do art. 12 da Lei 6.055/74, que não foi revogado pela Lei 8.950/94.

727 – Não pode o magistrado deixar de encaminhar ao STF o agravo de instrumento

interposto da decisão que não admite recurso extraordinário, ainda que referente a causa instaurada no âmbito dos juizados especiais.

640 – É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal.

638 – A controvérsia sobre a incidência, ou não, de correção monetária em operações de crédito rural é de natureza infraconstitucional, não viabilizando recurso extraordinário.

637 – Não cabe recurso extraordinário contra acórdão de TJ que defere pedido de intervenção estadual em Município.

636 – Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.

635 – Cabe ao Presidente do tribunal de origem decidir o pedido de medida cautelar em recurso extraordinário ainda pendente do seu juízo de admissibilidade.

634 – Não compete ao STF conceder medida cautelar para dar efeito suspensivo a recurso extraordinário que ainda não foi objeto de juízo de admissibilidade na origem.

633 – É incabível a condenação em verba honorária nos recursos extraordinários interpostos em processo trabalhista, exceto nas hipóteses previstas na Lei nº 5584/70.

599 – São incabíveis embargos de divergência de decisão de turma, em agravo regimental.

598 – Nos embargos de divergência não servem como padrão de discordância os mesmos paradigmas invocados para demonstrá-la, mas repelidos como não dissidentes no julgamento do recurso extraordinário.

528 – Se a decisão contiver partes autônomas, a admissão parcial, pelo Presidente do tribunal a quo, de recurso extraordinário que, sobre qualquer delas se manifestar, não limitará a apreciação de todas pelo STF, independentemente de interposição de agravo de instrumento.

513 – A decisão que enseja a interposição de recurso ordinário ou extraordinário não é a do plenário, que resolve o incidente de

# Blog do MOCAM e Fórum do MOCAM

## Direito, Concursos e Vida

---

inconstitucionalidade, mas a do órgão (câmaras, grupos ou turmas) que completa o julgamento do feito.

~~506 – O agravo a que se refere o art. 4º da Lei nº 4348/64, cabe, somente, do despacho do Presidente do STF que defere a suspensão da liminar, em mandado de segurança, não do que a denega. (REVOGADA)~~

454 – Simples interpretação de cláusulas contratuais não dá lugar a recurso extraordinário.

432 – Não cabe recurso extraordinário com fundamento no art. 101, I, “d”, da Constituição Federal, quando a divergência alegada for entre decisões da Justiça do Trabalho.

400 – Decisão que deu razoável interpretação à lei, ainda que não seja a melhor, não autoriza recurso extraordinário pela letra “a” do art. 101, I, da Constituição.

399 – Não cabe recurso extraordinário, por violação de lei federal, quando a ofensa alegada for a regimento de tribunal.

389 – Salvo limite legal, a fixação de honorários de advogado, em complemento da condenação, depende das circunstâncias da causa, não dando lugar a recurso extraordinário.

369 – Julgados do mesmo tribunal não servem para fundamentar o recurso extraordinário por divergência jurisprudencial.

368 – Não há embargos infringentes no processo de reclamação.

356 – O ponto omissis da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do pré-questionamento.

355 – Em caso de embargos infringentes parciais, é tardio o recurso extraordinário interposto após o julgamento dos embargos, quanto a parte da decisão embargada que não fora por eles abrangida.

319 – O prazo do recurso ordinário para o STF, em habeas corpus ou mandado de segurança, é de 5 dias.

296 – São inadmissíveis embargos infringentes sobre matéria não ventilada, pela turma, no julgamento do recurso extraordinário.

295 – São inadmissíveis embargos infringentes contra decisão unânime do STF em ação rescisória.

291 – No recurso extraordinário pela letra 'd' do art. 101, I, da Constituição Federal, a prova do dissídio jurisprudencial far-se-á por certidão, ou mediante indicação do DJ ou de repertório de jurisprudência autorizado, com a transcrição do trecho que configure a divergência, mencionadas as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

286 – Não se conhece do recurso extraordinário fundado em divergência jurisprudencial, quando a orientação do plenário do STF já se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.

283 – É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

282 – É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

281 – É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada.

280 – Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.

279 – Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.

272 – Não se admite como ordinário recurso extraordinário de decisão denegatória de mandado de segurança.

72 – No julgamento de questão constitucional, vinculada a decisão do TSE, não estão impedidos os Ministros do STF que ali tenham funcionado no mesmo processo, ou no processo originário.

### 7. MANDADO DE SEGURANÇA

632 – É constitucional lei que fixa o prazo de decadência para a impetração de mandado de segurança.

631 – Extingue-se o processo de mandado de segurança se o impetrante não promove, no prazo assinado, a citação do litisconsorte passivo necessário.

630 – A entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.

629 – A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes.

627 – No mandado de segurança contra a nomeação de magistrado da competência do Presidente da República, este é considerado autoridade coatora, ainda que o fundamento da impetração seja nulidade ocorrida em fase anterior do procedimento.

625 – Controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança.

512 – Não cabe condenação em honorários de advogado na ação de mandado de segurança.

510 – Praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial.

474 – Não há direito líquido e certo, amparado pelo mandado de segurança, quando se escusa em lei cujos efeitos foram anulados por outra, declarada constitucional pelo STF.

430 – Pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança.

429 – A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo não impede o uso do mandado de segurança contra omissão da autoridade.

405 – Denegado o mandado de segurança pela sentença, ou no julgamento do agravo, dela interposto, fica sem efeito a liminar concedida, retroagindo os efeitos da decisão contrária.

304 – Decisão denegatória de mandado de segurança, não fazendo coisa julgada contra o impetrante, não impede o uso da ação própria.

271 – Concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais, em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria.

269 – O mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança.

268 – Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado.

267 – Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição.

266 – Não cabe mandado de segurança contra lei em tese.

101 – O mandado de segurança não substitui a ação popular.

### **8. MANDADO DE SEGURANÇA – COMPETÊNCIA**

624 – Não compete ao STF conhecer originariamente de mandado de segurança contra atos de outros tribunais.

623 – Não gera por si só a competência originária do STF para conhecer do mandado de segurança com base no art. 102, I, “n”, da CF/88, dirigir-se o pedido contra deliberação administrativa do tribunal de origem, da qual haja participado a maioria ou a totalidade de seus membros.

330 – O STF não é competente para conhecer de mandado de segurança contra atos dos Tribunais de Justiça.

248 – É competente originariamente o STF para mandado de segurança contra ato do TCU.

### **9. MANDADO DE SEGURANÇA – RECURSOS**

626 – A suspensão da liminar em mandado de segurança, salvo determinação em contrário da decisão que a deferir, vigorará até o trânsito em julgado da decisão definitiva de concessão da segurança ou, havendo recurso, até a sua manutenção pelo STF, desde que o objeto da liminar deferida coincida, total ou parcialmente, com o da impetração.

622 – Não cabe agravo regimental contra decisão do relator que concede ou indefere liminar em mandado de segurança. Obs.: Súmula prejudicada. Segundo o art. 16 da lei nº 12.016 de 2009, contra decisão proferida por relator que concede ou indefere liminar em Mandado de Segurança cabe agravo ao órgão competente do tribunal que integre.

597 – Não cabem embargos infringentes de acórdão que, em mandado de segurança decidiu, por maioria de votos, a apelação.

506 – ~~O agravo a que se refere o art. 4º da Lei nº 4348/64, cabe, somente, do despacho do Presidente do STF que defere a suspensão da liminar, em mandado de segurança, não do que a denega.~~ (REVOGADA)

392 – O prazo para recorrer de acórdão concessivo de segurança conta-se da publicação oficial de suas conclusões, e não da anterior ciência à autoridade para cumprimento da decisão.

319 – O prazo do recurso ordinário para o STF, em habeas corpus ou mandado de segurança, é de 5 dias.

294 – São inadmissíveis embargos infringentes contra decisão do STF em mandado de segurança.

272 – Não se admite como ordinário recurso extraordinário de decisão denegatória de mandado de segurança.

## **10. AÇÃO RESCISÓRIA**

515 – A competência para a ação rescisória não é do STF, quando a questão federal, apreciada no recurso extraordinário ou no agravo de instrumento, seja diversa da que foi suscitada no pedido rescisório.

514 – Admite-se ação rescisória contra sentença transitada em julgado, ainda que contra ela não se tenham esgotado todos os recursos.

343 – Não cabe ação rescisória por ofensa a literal dispositivo de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais.

295 – São inadmissíveis embargos infringentes contra decisão unânime do STF em ação rescisória.

252 – Na ação rescisória, não estão impedidos juízes que participaram do julgamento rescindendo.

## **DIREITO COMERCIAL**

### **1. MATÉRIAS DIVERSAS**

476 – Desapropriadas as ações de uma sociedade, o poder desapropriante, imitado na posse, pode exercer, desde logo, todos os direitos inerentes aos respectivos títulos.

439 – Estão sujeitos à fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, limitado o exame aos pontos objeto da investigação.

390 – A exibição judicial de livros comerciais pode ser requerida como medida preventiva.

260 – O exame de livros comerciais, em ação judicial, fica limitado as transações entre os litigantes.

### **2. DIREITO SECURITÁRIO**

257 – São cabíveis honorários de advogado na ação regressiva do segurador contra o causador do dano.

188 – O segurador tem ação regressiva contra o causador do dano, pelo que efetivamente pagou, até o limite previsto no contrato de seguro.

105 – Salvo se tiver havido premeditação, o suicídio do segurado no período contratual de carência não exime o segurador do pagamento do seguro.

### **3. TÍTULOS DE CRÉDITO**

638 – A controvérsia sobre a incidência, ou não, de correção monetária em operações de crédito rural é de natureza infraconstitucional, não viabilizando recurso extraordinário.

600 – Cabe ação executiva contra o emitente e seus avalistas, ainda que não apresentado o cheque ao sacado no prazo legal, desde que não prescrita a ação cambiária.

554 – O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o recebimento da denúncia, não obsta ao prosseguimento da ação penal.

521 – O foro competente para o processo e julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade da emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos, é o do local onde se deu a recusa do pagamento pelo sacado.

387 – A cambial emitida ou aceita com omissões, ou em branco, pode ser completada pelo credor de boa-fé antes da cobrança ou do protesto.

246 – Comprovado não ter havido fraude, não se configura o crime de emissão de cheque sem fundos.

189 – Avais em branco e superpostos consideram-se simultâneos e não sucessivos.

154 – Simples vistoria não interrompe a prescrição.

153 – Simples protesto cambiário não interrompe a prescrição.

28 – O estabelecimento bancário é responsável pelo pagamento de cheque falso, ressalvadas as hipóteses de culpa exclusiva ou concorrente do correntista.

#### **4. FALÊNCIA E CONCORDATA**

565 – A multa fiscal moratória constitui pena administrativa, não se incluindo no crédito habilitado em falência.

563 – O concurso de preferência a que se refere o parágrafo único do art. 187 do Código Tributário Nacional é compatível com o disposto no art. 9º, I, da Constituição Federal.

495 – A restituição em dinheiro da coisa vendida a crédito, entregue nos 15 dias anteriores ao pedido de falência ou de concordata, cabe, quando, ainda que consumida ou transformada, não faça o devedor prova de haver sido alienada a terceiro.

417 – Pode ser objeto de restituição, na falência, dinheiro em poder do falido, recebido em nome de outrem, ou do qual, por lei ou contrato, não tivesse ele a disponibilidade.

### **DIREITO PENAL**

#### **1. MATÉRIAS DIVERSAS**

SV 24 - Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo.

SV 9 - O disposto no artigo 127 da lei nº 7.210/1984 (lei de execução penal) foi recebido pela ordem constitucional vigente, e não se lhe aplica o limite temporal previsto no caput do artigo 58.

720 – O art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro, que reclama decorra do fato perigo de dano, derogou o art. 32 da Lei das Contravenções Penais no tocante à direção sem habilitação em vias terrestres.

711 – A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

610 – Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.

605 – Não se admite continuidade delitiva nos crimes contra a vida.

246 – Comprovado não ter havido fraude, não se configura o crime de emissão de cheque sem fundos.

145 – Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.

#### **2. PENAS**

SV 26 - Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico.

SV 9 - O disposto no artigo 127 da lei nº 7.210/1984 (lei de execução penal) foi recebido pela ordem constitucional vigente, e não se lhe

aplica o limite temporal previsto no caput do artigo 58.

723 – Não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a 1 ano.

719 – A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea.

718 – A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.

717 – Não impede a progressão de regime de execução da pena, fixada em sentença não transitada em julgado, o fato de o réu se encontrar em prisão especial.

716 – Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

715 – A pena unificada para atender ao limite de 30 anos de cumprimento, determinado pelo art. 75 do CP, não é considerada para a concessão de outros benefícios, como o livramento condicional ou regime mais favorável de execução.

698 – Não se estende aos demais crimes hediondos a admissibilidade de progressão no regime de execução da pena aplicada ao crime de tortura. Obs.: Súmula prejudicada pela Lei n. 11.464 de 2007, que alterou a redação da lei 8.072, permitindo a progressão de regime nos crimes hediondos.

611 – Transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao juízo das execuções a aplicação de lei mais benigna.

604 – A prescrição pela pena em concreto é somente da pretensão executória da pena privativa de liberdade.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

### **1. MATÉRIAS DIVERSAS**

SV 14 - É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

SV 11 - Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do estado.

723 – Não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a 1 ano.

710 – No processo penal, contam-se os prazos da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.

703 – A extinção do mandato do Prefeito não impede a instauração de processo pela prática dos crimes previstos no art. 1º do Dec.-Lei nº 201/67.

701 – No mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em processo penal, é obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo.

697 – A proibição de liberdade provisória nos processos por crimes hediondos não veda o relaxamento da prisão processual por excesso de prazo. Obs.: Súmula prejudicada pela Lei n. 11.464 de 2007, que alterou a redação da lei 8.072, suprimindo a proibição da liberdade provisória nos crimes hediondos.

696 – Reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o Promotor de Justiça a propô-la, o Juiz, dissentindo, remeterá a questão ao Procurador-Geral, aplicando-se por analogia o art. 28 do CPP.



# Blog do MOCAM e Fórum do MOCAM

## Direito, Concursos e Vida

---

525 – A medida de segurança não será aplicada em segunda instância, quando só o réu tenha recorrido.

520 – Não exige a lei que, para requerer o exame a que se refere o art. 777 do CPP, tenha o sentenciado cumprido mais de metade do prazo da medida de segurança imposta.

499 – Não obsta a concessão do sursis condenação anterior a pena de multa.

422 – A absolvição criminal não prejudica a medida de segurança, quando couber, ainda que importe privação da liberdade.

397 – O poder de polícia da Câmara e do Senado Federal, em caso de crime cometido nas suas dependências, compreende, consoante o regimento, a prisão em flagrante do acusado e a realização do inquérito.

393 – Para requerer revisão criminal, o condenado não é obrigado a recolher-se à prisão.

366 – Não é nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, embora não transcreva a denúncia ou queixa, ou não resuma os fatos em que se baseia.

## 2. AÇÃO PENAL

714 – É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do MP, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

709 – Salvo quando nula a decisão de primeiro grau, o acórdão que provê o recurso contra a rejeição da denúncia vale, desde logo, pelo recebimento dela.

609 – É pública incondicionada a ação penal por crime de sonegação fiscal.

608 – No crime de estupro, praticado mediante violência real, a ação penal é pública incondicionada.

607 – Na ação penal regida pela Lei nº 4611/65, a denúncia, como substitutivo da portaria, não interrompe a prescrição.

601 – Os arts. 3, 11 e 55 da LC nº 40/81 (LOMP) não revogaram a legislação anterior que atribui a iniciativa para a ação penal

pública, no processo sumário, ao juiz ou a autoridade policial, mediante portaria ou auto de prisão em flagrante.

~~594 – Os direitos de queixa e de representação podem ser exercidos, independentemente, pelo ofendido ou por seu representante legal.~~  
(REVOGADA)

554 – O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o recebimento da denúncia, não obsta ao prosseguimento da ação penal.

524 – Arquivado o inquérito policial, por despacho do Juiz, a requerimento do Promotor de Justiça, não pode a ação penal ser iniciada, sem novas provas.

453 – Não se aplicam à segunda instância o art. 384 e parágrafo único do CPP, que possibilitam dar nova definição jurídica ao fato delituoso, em virtude de circunstância elementar não contida, explícita ou implicitamente, na denúncia ou queixa.

## 3. COMPETÊNCIA

721 – A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.

706 – É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.

691 – Não compete ao STF conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

690 – Compete originariamente ao STF o julgamento de habeas corpus contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais.

**Obs.: Súmula superada em virtude do julgamento do HC 86.834. Agora a competência é do Tribunal de Justiça.**

606 – Não cabe habeas corpus originário para o tribunal pleno de decisão de turma, ou do plenário, proferida em habeas corpus ou no respectivo recurso.

603 – A competência para o processo e julgamento de latrocínio é do juiz singular e não do Tribunal do Júri.

# Blog do MOCAM e Fórum do MOCAM

## Direito, Concursos e Vida

---

522 – Salvo ocorrência de tráfico com o exterior, quando, então, a competência será da Justiça Federal, compete a Justiça dos Estados o processo e o julgamento dos crimes relativos a entorpecentes.

521 – O foro competente para o processo e julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade da emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos, é o do local onde se deu a recusa do pagamento pelo sacado.

498 – Compete a Justiça dos Estados, em ambas as instâncias, o processo e o julgamento dos crimes contra a economia popular.

451 – A competência especial por prerrogativa de função não se estende ao crime cometido após a cessação definitiva do exercício funcional.

398 – O STF não é competente para processar e julgar, originariamente, deputado ou senador acusado de crime.

396 – Para a ação penal por ofensa à honra, sendo admissível a exceção da verdade quanto ao desempenho de função pública, prevalece a competência especial por prerrogativa de função, ainda que já tenha cessado o exercício funcional do ofendido.

394 – ~~Cometido o crime durante o exercício funcional, prevalece a competência especial por prerrogativa de função, ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados após a cessação daquele exercício.~~ (CANCELADA)

#### 4. RECURSOS

713 – O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos da interposição.

710 – No processo penal, contam-se os prazos da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.

709 – Salvo quando nula a decisão de primeiro grau, o acórdão que provê o recurso contra a rejeição da denúncia vale, desde logo, pelo recebimento dela.

708 – É nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do

único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro.

707 – Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contra-razões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprimindo a nomeação de defensor dativo.

705 – A renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, não impede o conhecimento da apelação por este interposta.

704 – Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do co-réu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.

702 – A competência do TJ para julgar Prefeitos restringe-se aos crimes de competência da Justiça Estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau.

700 – É de 5 dias o prazo para interposição de agravo contra decisão do juiz da execução penal.

699 – O prazo para interposição de agravo, em processo penal, é de 5 dias, de acordo com a Lei nº 8038/90, não se aplicando o disposto a respeito nas alterações da Lei nº 8950/94 ao CPC.

525 – A medida de segurança não será aplicada em segunda instância, quando só o réu tenha recorrido.

453 – Não se aplicam à segunda instância o art. 384 e parágrafo único do CPP, que possibilitam dar nova definição jurídica ao fato delituoso, em virtude de circunstância elementar não contida, explícita ou implicitamente, na denúncia ou queixa.

448 – O prazo para o assistente recorrer, supletivamente, começa a correr imediatamente após o transcurso do prazo do Ministério Público.

431 – É nulo o julgamento de recurso criminal, na segunda instância, sem prévia intimação, ou publicação da pauta, salvo em habeas corpus.

319 – O prazo do recurso ordinário para o STF, em habeas corpus ou mandado de segurança, é de 5 dias.

210 – O assistente do Ministério Público pode recorrer, inclusive extraordinariamente, na ação penal, nos casos dos arts. 584, § 1º, e 598 do CPP.

# Blog do MOCAM e Fórum do MOCAM

## Direito, Concursos e Vida

---

208 – O assistente do MP não pode recorrer, extraordinariamente, de decisão concessiva de habeas corpus.

160 – É nula a decisão do tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não argüida no recurso da acusação, ressalvados os casos de recurso de ofício.

155 – É relativa a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha.

### 5. NULIDADES

712 – É nula a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do Júri sem audiência da defesa.

708 – É nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro.

707 – Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contra-razões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprimindo a nomeação de defensor dativo.

706 – É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.

564 – A ausência de fundamentação do despacho de recebimento de denúncia por crime falimentar enseja nulidade processual, salvo se já houver sentença condenatória.

523 – No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.

431 – É nulo o julgamento de recurso criminal, na segunda instância, sem prévia intimação, ou publicação da pauta, salvo em habeas corpus.

366 – Não é nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, embora não transcreva a denúncia ou queixa, ou não resume os fatos em que se baseia.

361 – No processo penal, é nulo o exame realizado por um só perito, considerando-se impedido o que tiver funcionando anteriormente na diligência de apreensão.

352 – Não é nulo o processo penal por falta de nomeação de curador ao réu menor que teve a assistência de defensor dativo.

351 – É nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerce a sua jurisdição.

206 – É nulo o julgamento ulterior pelo Júri com a participação de jurado que funcionou em julgamento anterior do mesmo processo.

162 – É absoluta a nulidade do julgamento, pelo Júri, quando os quesitos da defesa não precedem aos das circunstâncias agravantes.

160 – É nula a decisão do tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não argüida no recurso da acusação, ressalvados os casos de recurso de ofício.

156 – É absoluta a nulidade do julgamento, pelo Júri, por falta de quesito obrigatório.

155 – É relativa a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha.

### 6. PRESCRIÇÃO

607 – Na ação penal regida pela Lei nº 4611/65, a denúncia, como substitutivo da portaria, não interrompe a prescrição.

592 – Nos crimes falimentares aplicam-se as causas interruptivas da prescrição previstas no CP.

497 – Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.

146 – A prescrição da ação penal regula-se pela pena concretizada na sentença, quando não há recurso da acusação.

### 7. IMUNIDADES

245 – A imunidade parlamentar não se estende ao co-réu sem essa prerrogativa.

04 – ~~Não perde a imunidade parlamentar o congressista nomeado Ministro de Estado.~~ (CANCELADA)

03 – A imunidade concedida a deputados estaduais é restrita à Justiça do Estado.

### 8. TRIBUNAL DO JÚRI

713 – O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos da interposição.

712 – É nula a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do Júri sem audiência da defesa.

603 – A competência para o processo e julgamento de latrocínio é do juiz singular e não do Tribunal do Júri.

206 – É nulo o julgamento ulterior pelo Júri com a participação de jurado que funcionou em julgamento anterior do mesmo processo.

162 – É absoluta a nulidade do julgamento, pelo Júri, quando os quesitos da defesa não precedem aos das circunstâncias agravantes.

156 – É absoluta a nulidade do julgamento, pelo Júri, por falta de quesito obrigatório.

### 9. HABEAS CORPUS

695 – Não cabe habeas corpus quando já extinta a pena privativa de liberdade.

694 – Não cabe habeas corpus contra a imposição da pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública.

693 – Não cabe habeas corpus contra decisão condenatória à pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.

692 – Não se conhece de habeas corpus contra omissão de relator de extradição, se fundado em fato ou direito estrangeiro cuja prova não constava dos autos, nem foi ele provocado a respeito.

691 – Não compete ao STF conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

690 – Compete originariamente ao STF o julgamento de habeas corpus contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais. **Obs.: Súmula superada em virtude do julgamento do HC 86.834. Agora a competência é do Tribunal de Justiça.**

606 – Não cabe habeas corpus originário para o tribunal pleno de decisão de turma, ou do

plenário, proferida em habeas corpus ou no respectivo recurso.

431 – É nulo o julgamento de recurso criminal, na segunda instância, sem prévia intimação, ou publicação da pauta, salvo em habeas corpus.

395 – Não se conhece de recurso de habeas corpus cujo objeto seja resolver sobre o ônus das custas, por não estar mais em causa a liberdade de locomoção.

344 – Sentença de primeira instância concessiva de habeas corpus, em caso de crime praticado em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, está sujeita a recurso ex officio.

319 – O prazo do recurso ordinário para o STF, em habeas corpus ou mandado de segurança, é de 5 dias.

208 – O assistente do MP não pode recorrer, extraordinariamente, de decisão concessiva de habeas corpus.

### 10. CRIMES FALIMENTARES - PROCESSO

592 – Nos crimes falimentares aplicam-se as causas interruptivas da prescrição previstas no CP.

564 – A ausência de fundamentação do despacho de recebimento de denúncia por crime falimentar enseja nulidade processual, salvo se já houver sentença condenatória.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### 1. MATÉRIAS DIVERSAS

SV 31 - É inconstitucional a incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis.

SV 25 - É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

SV 19 - A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

# Blog do MOCAM e Fórum do MOCAM

## Direito, Concursos e Vida

---

SV 18 - A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no § 7º do artigo 14 da Constituição Federal.

SV 17 - Durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 da constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos.

SV 16 - Os artigos 7º, IV, e 39, § 3º (redação da EC 19/98), da constituição, referem-se ao total da remuneração percebida pelo servidor público.

SV 13 - A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

SV 12 - A cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o disposto no art. 206, IV, da Constituição Federal.

SV 11 - Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do estado.

SV 10 - Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.

SV 8 - São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do decreto-lei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da lei nº 8.212/1991, que

tratam de prescrição e decadência de crédito tributário.

SV 7 - A norma do §3º do artigo 192 da constituição, revogada pela emenda constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar.

SV 6 - Não viola a constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.

SV 5 - A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a constituição.

SV 4 - Salvo nos casos previstos na constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.

SV 1 - Ofende a garantia constitucional do ato jurídico perfeito a decisão que, sem ponderar as circunstâncias do caso concreto, desconsidera a validade e a eficácia de acordo constante de termo de adesão instituído pela lei complementar nº 110/2001.

731 – Para fim da competência originária do STF, é de interesse geral da magistratura a questão de saber se, em face da LOMAN, os juízes têm direito à licença-prêmio.

667 – Viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa.

654 – A garantia da irretroatividade da lei, prevista no art. 5º, XXXVI, da CF/88, não é invocável pela entidade estatal que a tenha editado.

651 – A medida provisória não apreciada pelo Congresso Nacional podia, até a EC nº 32/98, ser reeditada dentro do seu prazo de eficácia de 30 dias, mantidos os efeitos de lei desde a primeira edição.

650 – Os incisos I e IX do art. 20 da CF/88 não alcançam terras de aldeamentos extintos, ainda que ocupadas por indígenas em passado remoto.

642 – Não cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal.

# Blog do MOCAM e Fórum do MOCAM

## Direito, Concursos e Vida

---

628 – Integrante de lista de candidatos a determinada vaga da composição de tribunal é parte legítima para impugnar a validade da nomeação de concorrente.

627 – No mandado de segurança contra a nomeação de magistrado da competência do Presidente da República, este é considerado autoridade coatora, ainda que o fundamento da impetração seja nulidade ocorrida em fase anterior do procedimento.

614 – Somente o Procurador-Geral da Justiça tem legitimidade para propor ação direta interventiva por inconstitucionalidade de lei municipal.

~~568 – A identificação criminal não constitui constrangimento ilegal, ainda que o indiciado já tenha sido identificado civilmente. (REVOGADA)~~

542 – Não é inconstitucional a multa instituída pelo Estado-Membro, como sanção pelo retardamento do início ou da ultimação do inventário.

503 – A dúvida, suscitada por particular, sobre o direito de tributar, manifestado por dois Estados, não configura litígio da competência originária do STF.

321 – A Constituição Estadual pode estabelecer a irredutibilidade dos vencimentos do MP.

~~05 – A sanção do projeto supre a falta de iniciativa do Poder Executivo. (CANCELADA)~~

### 2. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA

SV 2 – É inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.

722 – São da competência legislativa da União a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento.

647 – Compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar do Distrito Federal.

645 – É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

419 – Os Municípios têm competência para regular o horário do comércio local, desde que não infrinjam leis estaduais ou federais válidas.

### 3. TRIBUNAL DE CONTAS

SV 3 - Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

653 – No Tribunal de Contas estadual, composto por sete conselheiros, quatro devem ser escolhidos pela Assembléia Legislativa e três pelo Chefe do Poder Executivo estadual, cabendo a este indicar um dentre auditores e outro dentre membros do MP, e um terceiro à sua livre escolha.

347 – O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público.

42 – É legítima a equiparação de juízes do Tribunal de Contas, em direitos e garantias, aos membros do Poder Judiciário.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

### 1. MATÉRIAS DIVERSAS

SV 21 - É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

SV 13 - A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

SV 5 - A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a constituição.

SV 3 - Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

649 - É inconstitucional a criação, por Constituição Estadual, de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros Poderes ou entidades.

620 - A sentença proferida contra autarquias não está sujeita a reexame necessário, salvo quando sucumbente em execução de dívida ativa.

477 - As concessões de terras devolutas situadas na faixa de fronteira, feitas pelos Estados, autorizam, apenas, o uso, permanecendo o domínio com a União, ainda que se mantenha inerte ou tolerante, em relação aos possuidores.

473 - A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (v. 346).

383 - A prescrição em favor da Fazenda Pública começa a correr, por 2 anos e meio, a partir do ato interruptivo, mas não fica reduzida aquém de 5 anos, embora o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo.

346 - A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos (v. 473).

340 - Desde a vigência do CC, os bens dominicais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião.

20 - É necessário processo administrativo com ampla defesa, para demissão de funcionário admitido por concurso.

6 - A revogação ou anulação, pelo Poder Executivo, de aposentadoria ou qualquer outro ato aprovado pelo Tribunal de Contas, não produz efeitos antes de aprovada por aquele tribunal, ressalvada a competência revisora do Judiciário.

## 2. DESAPROPRIAÇÃO

652 - Não contraria a CF/88 o art. 15, § 1º, do Dec.-Lei nº 3365/41 (lei da desapropriação por utilidade pública).

618 - Na desapropriação, direta ou indireta, a taxa dos juros compensatórios é de 12% ao ano.

617 - A base de cálculo dos honorários de advogado em desapropriação é a diferença entre a oferta e a indenização, corrigidas ambas monetariamente.

561 - Em desapropriação, é devida a correção monetária até a data do efetivo pagamento da indenização, devendo proceder-se à atualização do cálculo, ainda que por mais de uma vez.

479 - As margens dos rios navegáveis são domínio público, insuscetíveis de expropriação e, por isso mesmo, excluídas de indenização.

476 - Desapropriadas as ações de uma sociedade, o poder desapropriante, imitado na posse, pode exercer, desde logo, todos os direitos inerentes aos respectivos títulos.

378 - Na indenização por desapropriação incluem-se honorários do advogado do expropriado.

~~345 - Na chamada desapropriação indireta, os juros compensatórios são devidos a partir da perícia, desde que tenha atribuído valor atual ao imóvel. (REVOGADA)~~

164 - No processo de desapropriação, são devidos juros compensatórios desde a antecipada imissão de posse, ordenada pelo juiz, por motivo de urgência.

157 - É necessária prévia autorização do Presidente da República para desapropriação, pelos Estados, de empresa de energia elétrica.

23 - Verificados os pressupostos legais para o licenciamento da obra, não o impede a declaração de utilidade pública para desapropriação do imóvel, mas o valor da obra

não se incluía na indenização, quando a desapropriação for efetivada.

### 3. CONCURSO PÚBLICO

686 – Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

685 – É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

684 – É inconstitucional o veto não motivado à participação de candidato a concurso público.

683 – O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da CF/88, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

15 – Dentro do prazo de validade do concurso, o candidato aprovado tem direito à nomeação, quando o cargo for preenchido sem observância da classificação.

### 4. SERVIDOR PÚBLICO

SV 20 - A Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-administrativa – GDATA, instituída pela lei nº 10.404/2002, deve ser deferida aos inativos nos valores correspondentes a 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) pontos no período de fevereiro a maio de 2002 e, nos termos do artigo 5º, parágrafo único, da lei nº 10.404/2002, no período de junho de 2002 até a conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação a que se refere o artigo 1º da medida provisória no 198/2004, a partir da qual passa a ser de 60 (sessenta) pontos.

SV 16 - Os artigos 7º, IV, e 39, § 3º (redação da EC 19/98), da constituição, referem-se ao total da remuneração percebida pelo servidor público.

SV 15 - O cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público não incide

sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo.

SV 13 - A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

SV 6 - Não viola a constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.

SV 5 - A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a constituição.

SV 4 - Salvo nos casos previstos na constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.

SV 3 - Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

682 – Não ofende a CF/88 a correção monetária no pagamento com atraso dos vencimentos de servidores públicos.

681 – É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

680 – O direito ao auxílio-alimentação não se estende aos servidores inativos.

679 – A fixação de vencimentos dos servidores públicos não pode ser objeto de convenção coletiva.

678 – São inconstitucionais os incisos I e III do art. 7º da Lei nº 8162/91, que afastam, para efeito de anuênio e de licença-prêmio, a contagem do tempo de serviço regido pela CLT dos servidores



# Blog do MOCAM e Fórum do MOCAM

## Direito, Concursos e Vida

que passaram a submeter-se ao Regime Jurídico Único.

674 – A anistia prevista no art. 8º do ADCT não alcança os militares expulsos com base em legislação disciplinar ordinária, ainda que em razão de atos praticados por motivação política.

673 – O art. 125, § 4º, da CF/88, não impede a perda da graduação de militar mediante procedimento administrativo.

566 – Enquanto pendente, o pedido de readaptação fundado em desvio funcional não gera direitos para o servidor, relativamente ao cargo pleiteado.

359 – Ressalvada a revisão prevista em lei, os proventos da inatividade regulam-se pela lei vigente ao tempo em que o militar, ou o servidor civil, reuniu os requisitos necessários. (ALTERADA – Vide RE Embargos 72509/PR, DJU 30/03/1973)

358 – O servidor público em disponibilidade tem direito aos vencimentos integrais do cargo.

339 – Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia.

21 – Funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade.

20 – É necessário processo administrativo, com ampla defesa, para demissão de funcionário admitido por concurso.

18 – Pela falta residual, não compreendida na absolvição pelo juízo criminal, é admissível a punição administrativa do servidor público.

10 – Tempo de serviço militar conta-se para efeito de disponibilidade e aposentadoria do servidor público estadual.

afasta a inelegibilidade prevista no § 7º do artigo 14 da Constituição Federal.

### DIREITO TRIBUTÁRIO

#### 1. MATÉRIAS DIVERSAS

SV 31 - É inconstitucional a incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis.

SV 29 - É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

SV 28 - É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.

SV 24 - Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo.

SV 19 - A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

SV 8 - São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do decreto-lei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da lei nº 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário.

732 – É constitucional a cobrança da contribuição do salário-educação, seja sob a Carta de 1969, seja sob a CF/88, e no regime da Lei nº 9424/96.

730 – A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos pelo art. 150, VI, “c”, da CF/88, somente alcança as entidades fechadas de previdência social privada se não houver contribuição dos beneficiários.

666 – A contribuição confederativa de que trata o art. 8º, IV, da CF/88, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.

### DIREITO ELEITORAL

SV 18 - A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não

# Blog do MOCAM e Fórum do MOCAM

## Direito, Concursos e Vida

---

665 – É constitucional a Taxa de Fiscalização dos Mercados de Títulos e Valores Mobiliários instituída pela Lei nº 7940/89.

664 – É inconstitucional o inciso V do art. 1º da Lei nº 8033/90, que instituiu a incidência do IOF sobre saques efetuados em caderneta de poupança.

663 – Os §§ 1º e 3º do art. 9º do Dec.-Lei nº 406/68 (ISS) foram recebidos pela CF/88.

659 – É legítima a cobrança da COFINS, do PIS e do FINSOCIAL sobre as operações relativas à energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.

658 – São constitucionais os arts. 7º da Lei nº 7787/89 e 1º da Lei nº 7894/89 e da Lei nº 8147/90, que majoraram a alíquota do FINSOCIAL, quando devida a contribuição por empresas dedicadas exclusivamente à prestação de serviços.

591 – A imunidade ou a isenção tributária do comprador não se estende ao produtor, contribuinte do IPI.

588 – O ISS não incide sobre os depósitos, as comissões e taxas de desconto, cobrados pelos estabelecimentos bancários.

565 – A multa fiscal moratória constitui pena administrativa, não se incluindo no crédito habilitado em falência.

563 – O concurso de preferência a que se refere o parágrafo único do art. 187 do Código Tributário Nacional é compatível com o disposto no art. 9º, I, da Constituição Federal.

553 – O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) é contribuição parafiscal, não sendo abrangido pela imunidade prevista na letra “d”, inciso III, do art. 19, da Constituição Federal.

550 – A isenção concedida pelo art. 2º da Lei nº 1815/53 às empresas de navegação aérea não compreende a taxa de melhoramento de portos, instituída pela Lei nº 3421/58.

## 2. NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

SV 29 - É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da

base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

SV 19 - A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

670 – O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.

669 – Norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

657 – A imunidade prevista no art. 150, VI, “d”, da CF/88 abrange os filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de jornais e periódicos.

595 – É inconstitucional a taxa municipal de conservação de estradas de rodagem cuja base de cálculo seja idêntica à do Imposto Territorial Rural.

580 – A isenção prevista no art. 13, par. único, do Dec.-Lei nº 43/66, restringe-se aos filmes cinematográficos.

547 – Não é lícito à autoridade proibir que o contribuinte em débito adquira estampilhas, despache mercadorias nas alfândegas e exerça suas atividades profissionais (v. 70/323).

546 – Cabe a restituição do tributo pago indevidamente, quando reconhecido por decisão, que o contribuinte de jure não recuperou do contribuinte de facto o quantum respectivo (v. 71).

545 – Preços de serviços públicos e taxas não se confundem, porque estas, diferente daqueles, são compulsórias e têm sua cobrança condicionada à prévia autorização orçamentária, em relação à lei que as instituiu.

544 – Isenções tributárias concedidas, sob condição onerosa, não podem ser livremente suprimidas.

503 – A dúvida, suscitada por particular, sobre o direito de tributar, manifestado por dois Estados, não configura litígio da competência originária do STF.

324 – A imunidade do art. 31, V, da Constituição Federal não compreende as taxas.

# Blog do MOCAM e Fórum do MOCAM

## Direito, Concursos e Vida

---

323 – É inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos (v. 70/547).

239 – Decisão que declara indevida a cobrança do imposto em determinado exercício não faz coisa julgada em relação aos posteriores.

71 – Embora pago indevidamente, não cabe restituição de tributo indireto (v. 546).

70 – É inadmissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributo (v. 547/323).

69 – A Constituição Estadual não pode estabelecer limite para o aumento de tributos municipais.

### 3. IMPOSTO DE RENDA – IR

587 – Incide IR sobre o pagamento de serviços técnicos contratados no exterior e prestados no Brasil.

586 – Incide IR sobre os juros remetidos para o exterior, com base em contrato de mutuo.

585 – ~~Não incide o IR sobre a remessa de divisas para pagamento de serviços prestados no exterior, por empresa que não opera no Brasil.~~ (REVOGADA)

584 – Ao IR calculado sobre os rendimentos do ano-base, aplica-se a lei vigente no exercício financeiro em que deve ser apresentada a declaração.

### 4. ICMS

SV 32 - O ICMS não incide sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras.

662 – É legítima a incidência do ICMS na comercialização de exemplares de obras cinematográficas, gravados em fitas de videocassete.

661 – Na entrada de mercadoria importada do exterior, é legítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro.

660 – Não incide ICMS na importação de bens por pessoa física ou jurídica que não seja contribuinte do imposto.

615 – O princípio constitucional da anualidade (§ 29 do art. 153 da CF) não se aplica à revogação de isenção do ICM.

579 – A cal virgem e a hidratada estão sujeitas ao ICM.

578 – Não podem os Estados, a título de ressarcimento de despesas, reduzir a parcela de 20% do produto da arrecadação do ICM, atribuídas aos Municípios pelo art. 23, § 8º, da Constituição Federal.

577 – Na importação de mercadorias do exterior, o fato gerador do ICM ocorre no momento de sua entrada no estabelecimento do importador.

576 – É lícita a cobrança do ICM sobre produtos importados sob o regime da alíquota "zero".

575 – À mercadoria importada de país signatário do GATT, ou membro da ALALC, estende-se a isenção do ICM concedida a similar nacional.

574 – Sem lei estadual que a estabeleça, é ilegítima a cobrança do ICM sobre o fornecimento de alimentação e bebidas em restaurante ou estabelecimento similar.

573 – Não constitui fato gerador do ICM a saída física de máquinas, utensílios e implementos a título de comodato.

572 – No cálculo do ICM devido na saída de mercadorias para o exterior, não se incluem fretes pagos a terceiros, seguros e despesas de embarque.

570 – O ICM não incide sobre a importação de bens de capital.

569 – É inconstitucional a discriminação de alíquotas do ICM nas operações interestaduais, em razão de o destinatário ser, ou não, contribuinte.

536 – São objetivamente imunes ao ICM os "produtos industrializados" em geral, destinados à exportação, além de outros, com a mesma destinação, cuja isenção a lei determinar.

### 5. IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO – ITCD

590 – Calcula-se o ITCM sobre o saldo credor da promessa de compra e venda de imóvel, no momento da abertura da sucessão do promitente vendedor.

331 – É legítima a incidência do ITCM no inventário por morte presumida.

115 – Sobre os honorários do advogado contratado pelo inventariante, com a homologação do juiz, não incide o ITCM.

114 – O ITCM não é exigível antes da homologação do cálculo.

113 – O ITCM é calculado sobre o valor dos bens na data da avaliação.

112 – O ITCM é devido pela alíquota vigente ao tempo da abertura da sucessão.

## **6. IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO – IPTU**

724 – Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, “c”, da CF/88, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais de tais entidades.

668 – É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da EC nº 29/00, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.

589 – É inconstitucional a fixação de adicional progressivo do IPTU em função do número de imóveis do contribuinte.

583 – Promitente comprador de imóvel residencial transcrito em nome de autarquia é contribuinte do IPTU.

539 – É constitucional a lei do Município que reduz o IPTU sobre imóvel ocupado pela residência do proprietário, que não possua outro.

## **7. IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS – ITBI**

656 – É inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o ITBI com base no valor venal do imóvel.

470 – O ITBI não incide sobre a construção, ou parte dela, realizada, inequivocamente, pelo promitente comprador, mas sobre o valor do

que tiver sido construído antes da promessa de venda.

329 – O ITBI não incide sobre a transferência de ações de sociedade imobiliária.

328 – É legítima a incidência do ITBI sobre a doação de imóvel.

326 – É legítima a incidência do ITBI sobre a transferência do domínio útil.

111 – É legítima a incidência do ITBI sobre a restituição, ao antigo proprietário, de imóvel que deixou de servir à finalidade da sua desapropriação.

110 – O ITBI não incide sobre a construção, ou parte dela, realizada pelo adquirente, mas sobre o que tiver sido construído ao tempo da alienação do terreno.

108 – É legítima a incidência do ITBI sobre o valor do imóvel ao tempo da alienação, e não da promessa, na conformidade da legislação local.

## **8. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PREVIDENCIÁRIA**

688 – É legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário.

467 – A base do cálculo das contribuições previdenciárias, anteriormente à vigência da Lei Orgânica da Previdência Social, é o salário mínimo mensal, observados os limites da Lei nº 2755/56.

466 – Não é inconstitucional a inclusão de sócios e administradores de sociedades e titulares de firmas individuais como contribuintes obrigatórios da Previdência Social.

241 – A contribuição previdenciária incide sobre o abono incorporado ao salário.

## **DIREITO FINANCEIRO**

### **1. MATÉRIAS DIVERSAS**

648 – A norma do § 3º do art. 192 da CF/88, revogada pela EC nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua

# Blog do MOCAM e Fórum do MOCAM

## Direito, Concursos e Vida

aplicabilidade condicionada à edição de lei complementar.

596 – As disposições do Dec. nº 22626/33 não se aplicam às taxas de juros e outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas que integram o Sistema Financeiro Nacional.

### 2. PRECATÓRIO E RPV

SV 17 - Durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 da constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos.

733 – Não cabe recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento de precatórios.

655 – A exceção prevista no art. 100, caput, da CF/88, em favor dos créditos de natureza alimentícia, não dispensa a expedição de precatório, limitando-se a isentá-los da observância da ordem cronológica dos precatórios decorrentes de condenações de outra natureza.

### DIREITO ECONÔMICO

725 – É constitucional o § 2º do art. 6º da Lei 8.024/90, resultante da conversão da MP 168/90, que fixou o BTN fiscal como índice de correção monetária aplicável aos depósitos bloqueados pelo Plano Collor I.

646 – Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

### DIREITO INTERNACIONAL

692 – Não se conhece de habeas corpus contra omissão de relator de extradição, se fundado em fato ou direito estrangeiro cuja prova não constava dos autos, nem foi ele provocado a respeito.

421 – Não impede a extradição a circunstância de ser o extraditado casado com brasileira ou ter filho brasileiro.

420 – Não se homologa sentença proferida no estrangeiro sem prova do trânsito em julgado.

381 – Não se homologa sentença de divórcio obtida por procuração, em país de que os cônjuges não eram nacionais.

367 – Concede-se liberdade ao extraditando que não for retirado do país no prazo do art. 16 do Dec.-Lei nº 394/38.

02 – ~~Concede-se liberdade vigiada ao extraditando que estiver preso por prazo superior a 60 dias.~~ (REVOGADA)

01 – É vedada a expulsão de estrangeiro casado com brasileira, ou que tenha filho brasileiro, dependente da economia paterna.

### DIREITO DO TRABALHO

#### 1. MATÉRIAS DIVERSAS

SV 23 - A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.

SV 22 - A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho propostas por empregado contra empregador, inclusive aquelas que ainda não possuíam sentença de mérito em primeiro grau quando da promulgação da emenda constitucional nº 45/04.

678 – São inconstitucionais os incisos I e III do art. 7º da Lei nº 8162/91, que afastam, para efeito de anuênio e de licença-prêmio, a contagem do tempo de serviço regido pela CLT dos servidores que passaram a submeter-se ao Regime Jurídico Único.

341 – É presumida a culpa do patrão ou comitente pelo ato culposo do empregado ou preposto.

312 – Músico integrante de orquestra da empresa, com atuação permanente e vínculo de

# Blog do MOCAM e Fórum do MOCAM

## Direito, Concursos e Vida

---

subordinação, está sujeito à legislação geral do trabalho, e não à especial dos artistas.

221 – A transferência de estabelecimento, ou a sua extinção parcial, por motivo que não seja de força maior, não justifica a transferência de empregado estável.

196 – Ainda que exerça atividade rural, o empregado de empresa industrial ou comercial é classificado de acordo com a categoria do empregador.

195 – Contrato de trabalho para obra certa, ou de prazo determinado, transforma-se em contrato de prazo indeterminado, quando prorrogado por mais de 4 anos.

## **2. REMUNERAÇÃO, SALÁRIO E ADICIONAIS**

679 – A fixação de vencimentos dos servidores públicos não pode ser objeto de convenção coletiva.

531 – É inconstitucional o Dec. nº 51668/63, que estabeleceu salário profissional para trabalhadores de transportes marítimos, fluviais e lacustres.

461 – É duplo, e não triplo, o pagamento do salário nos dias destinados a descanso.

459 – No cálculo da indenização por despedida injusta, incluem-se os adicionais, ou gratificações, que, pela habitualidade, se tenham incorporado ao salário.

402 – Vigia noturno tem direito a salário adicional.

313 – Provada a identidade entre o trabalho diurno e o noturno, é devido o adicional, quanto a este, sem a limitação do art. 73, § 3º, da CLT, independentemente da natureza da atividade do empregador.

307 – É devido o adicional de serviço insalubre, calculado a base do salário mínimo da região, ainda que a remuneração contratual seja superior ao salário mínimo acrescido da taxa de insalubridade.

214 – A duração legal da hora de serviço noturno (52 minutos e 30 segundos) constitui vantagem suplementar, que não dispensa o salário adicional.

213 – É devido o adicional de serviço noturno, ainda que sujeito o empregado ao regime de revezamento.

212 – Tem direito ao adicional de serviço perigoso o empregado de posto de revenda de combustível líquido.

209 – O salário-produção, como outras modalidades de salário-prêmio, é devido, desde que verificada a condição a que estiver subordinado, e não pode ser suprimido unilateralmente pelo empregador, quando pago com habitualidade.

207 – As gratificações habituais, inclusive a de natal, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário.

205 – Tem direito a salário integral o menor não sujeito a aprendizagem metódica.

204 – Tem direito o trabalhador substituto, ou de reserva, ao salário mínimo no dia em que fica a disposição do empregador sem ser aproveitado na função específica; se aproveitado, recebe o salário contratual.

202 – Na equiparação de salário, em caso de trabalho igual, toma-se em conta o tempo de serviço na função, e não no emprego.

201 – O vendedor prático, remunerado mediante comissão, não tem direito ao repouso semanal remunerado.

199 – O salário das férias do empregado horista corresponde a media do período aquisitivo, não podendo ser inferior ao mínimo.

## **3. JORNADA DE TRABALHO**

675 – Os intervalos fixados para descanso e alimentação durante a jornada de seis horas não descaracterizam o sistema de turnos ininterruptos de revezamento para o efeito do art. 7º, XIV, da CF/88.

593 – Incide o percentual do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) sobre a parcela da remuneração correspondente a horas extraordinárias de trabalho.

462 – No cálculo da indenização por despedida injusta inclui-se, quando devido, o repouso semanal remunerado.

214 – A duração legal da hora de serviço noturno (52 minutos e 30 segundos) constitui vantagem

suplementar, que não dispensa o salário adicional.

201 – O vendedor prático, remunerado mediante comissão, não tem direito ao repouso semanal remunerado.

#### **4. PROTEÇÃO AO TRABALHO**

460 – Para efeito do adicional de insalubridade, a perícia judicial, em reclamação trabalhista, não dispensa o enquadramento da atividade entre as insalubres, que é ato da competência do Ministro do Trabalho e Previdência Social.

313 – Provada a identidade entre o trabalho diurno e o noturno, é devido o adicional, quanto a este, sem a limitação do art. 73, § 3º, da CLT, independentemente da natureza da atividade do empregador.

307 – É devido o adicional de serviço insalubre, calculado a base do salário mínimo da região, ainda que a remuneração contratual seja superior ao salário mínimo acrescido da taxa de insalubridade.

214 – A duração legal da hora de serviço noturno (52 minutos e 30 segundos) constitui vantagem suplementar, que não dispensa o salário adicional.

213 – É devido o adicional de serviço noturno, ainda que sujeito o empregado ao regime de revezamento.

212 – Tem direito ao adicional de serviço perigoso o empregado de posto de revenda de combustível líquido.

205 – Tem direito a salário integral o menor não sujeito a aprendizagem metódica.

194 – É competente o Ministro do Trabalho para a especificação das atividades insalubres.

#### **5. ESTABILIDADE**

676 – A garantia da estabilidade provisória prevista no art. 10, II, a, do ADCT, também se aplica ao suplente do cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes (CIPA).

463 – Para efeito de indenização e estabilidade, conta-se o tempo em que o empregado esteve afastado, em serviço militar obrigatório, mesmo anteriormente à Lei nº 4072/62.

221 – A transferência de estabelecimento, ou a sua extinção parcial, por motivo que não seja de força maior, não justifica a transferência de empregado estável.

220 – A indenização devida a empregado estável, que não é readmitido ao cessar sua aposentadoria, deve ser paga em dobro.

#### **6. FGTS**

SV 1 - Ofende a garantia constitucional do ato jurídico perfeito a decisão que, sem ponderar as circunstâncias do caso concreto, desconsidera a validade e a eficácia de acordo constante de termo de adesão instituído pela lei complementar nº 110/2001.

593 – Incide o percentual do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) sobre a parcela da remuneração correspondente a horas extraordinárias de trabalho.

#### **7. CONTRATO DE TRABALHO – EXTINÇÃO**

463 – Para efeito de indenização e estabilidade, conta-se o tempo em que o empregado esteve afastado, em serviço militar obrigatório, mesmo anteriormente à Lei nº 4072/62.

462 – No cálculo da indenização por despedida injusta inclui-se, quando devido, o repouso semanal remunerado.

459 – No cálculo da indenização por despedida injusta, incluem-se os adicionais, ou gratificações, que, pela habitualidade, se tenham incorporado ao salário.

316 – A simples adesão a greve não constitui falta grave.

220 – A indenização devida a empregado estável, que não é readmitido ao cessar sua aposentadoria, deve ser paga em dobro.

219 – Para a indenização devida a empregado que tinha direito a ser readmitido, e não foi, levam-se em conta as vantagens advindas a sua categoria no período do afastamento.

217 – Tem direito de retornar ao emprego, ou ser indenizado em caso de recusa do empregador, o

aposentado que recupera a capacidade de trabalho dentro de 5 anos, a contar da aposentadoria, que se torna definitiva após esse prazo.

215 – Conta-se a favor de empregado readmitido o tempo de serviço anterior, salvo se houver sido despedido por falta grave ou tiver recebido a indenização legal.

200 – Não é inconstitucional a Lei nº 1530/51, que manda incluir na indenização por despedida injusta parcela correspondente a férias proporcionais.

197 – O empregado com representação sindical só pode ser despedido mediante inquérito em que se apure falta grave.

### **8. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO**

679 – A fixação de vencimentos dos servidores públicos não pode ser objeto de convenção coletiva.

677 – Até que lei venha a dispor a respeito, incumbe ao Ministério do Trabalho proceder ao registro das entidades sindicais e zelar pela observância do princípio da unicidade.

### **9. ACIDENTE DE TRABALHO**

501 – Compete à Justiça Estadual o processo e o julgamento, em ambas as instâncias, das causas de acidente do trabalho, ainda que promovidas contra a União, suas autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

464 – No cálculo da indenização por acidente do trabalho inclui-se, quando devido, o repouso semanal remunerado.

434 – A controvérsia entre seguradores indicados pelo empregador na ação de acidente do trabalho não suspende o pagamento devido ao acidentado.

337 – A controvérsia entre o empregador e o segurador não suspende o pagamento devido ao empregado por acidente do trabalho.

314 – Na composição do dano por acidente do trabalho, ou de transporte, não é contrário a

lei tomar para base da indenização o salário do tempo da perícia ou da sentença.

311 – No típico acidente do trabalho, a existência de ação judicial não exclui a multa pelo retardamento da liquidação.

238 – Em caso de acidente do trabalho, a multa pelo retardamento da liquidação é exigível do segurador sub-rogado, ainda que autarquia.

236 – Em ação de acidente do trabalho, a autarquia seguradora não tem isenção de custas.

235 – É competente para a ação de acidente do trabalho a Justiça comum, inclusive em segunda instância, ainda que seja parte autarquia seguradora.

234 – São devidos honorários de advogado em ação de acidente do trabalho julgada procedente.

230 – A prescrição da ação de acidente do trabalho conta-se do exame pericial que comprovar a enfermidade ou verificar a natureza da incapacidade.

229 – A indenização acidentaria não exclui a do direito comum, em caso de dolo ou culpa grave do empregador.

198 – As ausências motivadas por acidente do trabalho não são descontáveis do período aquisitivo das férias.

## **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

### **1. MATÉRIAS DIVERSAS**

630 – A entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.

629 – A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes.

460 – Para efeito do adicional de insalubridade, a perícia judicial, em reclamação trabalhista, não dispensa o enquadramento da atividade entre as insalubres, que é ato da competência do Ministro do Trabalho e Previdência Social.

458 – A processo da execução trabalhista não exclui a remição pelo executado.



403 – É de decadência o prazo de 30 dias para instauração do inquérito judicial, a contar da suspensão, por falta grave, de empregado estável.

349 – A prescrição atinge somente as prestações de mais de 2 anos, reclamadas com fundamento em decisão normativa da Justiça do Trabalho, ou em convenção coletiva de trabalho, quando não estiver em causa a própria validade de tais atos.

327 – O direito trabalhista admite a prescrição intercorrente.

227 – A concordata do empregador não impede a execução de crédito nem a reclamação de empregado na Justiça do Trabalho.

225 – Não é absoluto o valor probatório das anotações da carteira profissional.

224 – Os juros da mora, nas reclamações trabalhistas, são contados desde a notificação inicial.

223 – Concedida isenção de custas ao empregado, por elas não responde o sindicato que o representa em juízo.

197 – O empregado com representação sindical só pode ser despedido mediante inquérito em que se apure falta grave.

## 2. COMPETÊNCIA

736 – Compete à Justiça do Trabalho julgar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores.

505 – Salvo quando contrariarem a Constituição, não cabe recurso para o STF, de quaisquer decisões da Justiça do Trabalho, inclusive dos presidentes de seus tribunais.

501 – Compete à Justiça Estadual o processo e o julgamento, em ambas as instâncias, das causas de acidente do trabalho, ainda que promovidas contra a União, suas autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

433 – É competente o TRT para julgar mandado de segurança contra ato de seu

Presidente em execução de sentença trabalhista.

## 3. RECURSOS

633 – É incabível a condenação em verba honorária nos recursos extraordinários interpostos em processo trabalhista, exceto nas hipóteses previstas na Lei nº 5584/70.

432 – Não cabe recurso extraordinário com fundamento no art. 101, I, “d”, da Constituição Federal, quando a divergência alegada for entre decisões da Justiça do Trabalho.

401 – Não se conhece do recurso de revista, nem dos embargos de divergência, do processo trabalhista, quando houver jurisprudência firme do TST no mesmo sentido da decisão impugnada, salvo se houver colisão com a jurisprudência do STF.

315 – Indispensável o traslado das razões da revista, para julgamento, pelo TST, do agravo para sua admissão.

## DIREITO PREVIDENCIÁRIO

### 1. MATÉRIAS DIVERSAS

730 – A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos pelo art. 150, VI, “c”, da CF/88, somente alcança as entidades fechadas de previdência social privada se não houver contribuição dos beneficiários.

726 – Para efeito de aposentadoria especial de professores, não se computa o tempo de serviço prestado fora da sala de aula.

687 – A revisão de que trata o art. 58 do ADCT não se aplica aos benefícios previdenciários concedidos após a promulgação da CF/88.

613 – Os dependentes de trabalhador rural não têm direito à pensão previdenciária, se o óbito ocorreu anteriormente à vigência da LC nº 11/71.

612 – Ao trabalhador rural não se aplicam, por analogia, os benefícios previstos na Lei nº 6367/76.

567 – A Constituição, ao assegurar, no § 3º do art. 102, a contagem integral do tempo de serviço público federal, estadual ou municipal para os

# Blog do MOCAM e Fórum do MOCAM

## Direito, Concursos e Vida

---

efeitos de aposentadoria e disponibilidade não proíbe a União, aos Estados e aos Municípios mandarem contar, mediante lei, para efeito diverso, tempo de serviço prestado a outra pessoa de direito público interno.

## 2. PROCESSO PREVIDENCIÁRIO

729 – A decisão na ADC nº 4 não se aplica à antecipação de tutela em causa de natureza previdenciária.

689 – O segurado pode ajuizar ação contra a instituição previdenciária perante o Juízo Federal do seu domicílio ou nas varas federais da Capital do Estado-Membro.

655 – A exceção prevista no art. 100, caput, da CF/88, em favor dos créditos de natureza alimentícia, não dispensa a expedição de precatório, limitando-se a isentá-los da observância da ordem cronológica dos precatórios decorrentes de condenações de outra natureza.

### SÚMULAS VINCULANTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

SV 1 - Ofende a garantia constitucional do ato jurídico perfeito a decisão que, sem ponderar as circunstâncias do caso concreto, desconsidera a validade e a eficácia de acordo constante de termo de adesão instituído pela lei complementar nº 110/2001.

SV 2 – É inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.

SV 3 - Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato

de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

SV 4 - Salvo nos casos previstos na constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.

SV 5 - A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a constituição.

SV 6 - Não viola a constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.

SV 7 - A norma do §3º do artigo 192 da constituição, revogada pela emenda constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar.

SV 8 - São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do decreto-lei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da lei nº 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário.

SV 9 - O disposto no artigo 127 da lei nº 7.210/1984 (lei de execução penal) foi recebido pela ordem constitucional vigente, e não se lhe aplica o limite temporal previsto no caput do artigo 58.

SV 10 - Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.

SV 11 - Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão

# **Blog do MOCAM e Fórum do MOCAM**

## **Direito, Concursos e Vida**

---

ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do estado.

SV 12 - A cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o disposto no art. 206, IV, da Constituição Federal.

SV 13 - A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

SV 14 - É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

SV 15 - O cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público não incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo.

SV 16 - Os artigos 7º, IV, e 39, § 3º (redação da EC 19/98), da constituição, referem-se ao total da remuneração percebida pelo servidor público.

SV 17 - Durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 da constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos.

SV 18 - A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no § 7º do artigo 14 da Constituição Federal.

SV 19 - A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

SV 20 - A Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-administrativa – GDAT, instituída pela lei nº 10.404/2002, deve ser deferida aos inativos nos valores correspondentes a 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) pontos no período de fevereiro a maio de 2002 e, nos termos do artigo 5º, parágrafo único, da lei nº 10.404/2002, no período de junho de 2002 até a conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação a que se refere o artigo 1º da medida provisória no 198/2004, a partir da qual passa a ser de 60 (sessenta) pontos.

SV 21 - É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

SV 22 - A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho propostas por empregado contra empregador, inclusive aquelas que ainda não possuíam sentença de mérito em primeiro grau quando da promulgação da emenda constitucional nº 45/04.

SV 23 - A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.

SV 24 - Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo.

SV 25 - É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

SV 26 - Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da lei n. 8.072, de

# **Blog do MOCAM e Fórum do MOCAM**

## **Direito, Concursos e Vida**

---

25 de julho de 1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico.

SV 27 - Compete à Justiça Estadual julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, quando a ANATEL não seja litisconsorte passiva necessária, assistente, nem opoente.

SV 28 - É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.

SV 29 - É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

SV 31 - É inconstitucional a incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis.

SV 32 - O ICMS não incide sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras.